

CRIANÇA É TUDO IGUAL? O PROBLEMA DA HOMOGENEIZAÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA E OS CAMINHOS PARA UMA ANTROPOLOGIA DA CRIANÇA.

Larissa Vanessa dos Santos Correia¹, Marina Rebeca de Oliveira Saraiva²

1. Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais ICS/UFAL e PIBIC/Gepecci-CEDU/Etnologia Indígena-ICS
2. Profa. Adjunta do CEDU/UFAL e pesquisadora do Gepecci-CEDU e Etnologia Indígena-ICS

Resumo:

O trabalho tem por objetivo apresentar os conceitos centrais nas discussões do campo da “antropologia da criança” e problematizar noções hegemônicas de infância, com o objetivo de contribuir para as pesquisas com crianças na área da educação infantil. Partindo da linha conceitual que entende a criança como ator social dotado de agência e produtor de cultura, o trabalho questiona a noção ocidental da criança passiva ao seu meio social e da infância como uma mera fase de obtenção de conhecimentos necessário para o tornar-se adulto. Assim, contrariando a premissa da infância como “vir a ser”, apresenta as noções que hoje se tem de criança, com base em autores clássicos da história, educação, antropologia e da sociologia da infância, que de maneira interdisciplinar colaboram para compreensão da criança e das infâncias no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: infâncias, criança; educação infantil; antropologia da criança.

Apoio financeiro: FAPEAL, UFAL, CNPq.

Introdução

Entendendo que as crianças não reproduzem de maneira passiva suas tradições culturais, e que além de ressignificá-las, também produzem novos elementos, ou seja, que as crianças são produtos e produtoras da/de cultura (COHN, 2005; PIRES, 2010). O presente trabalho visa apresentar discussões presentes na antropologia da criança e demonstrar o percurso de legitimações que a área enfrentou e enfrenta além de tentar compreender a construção que se tem de criança e demonstrar que não se existe uma infância universalizada. A infância é uma categoria construída a partir de seu contexto cultural (BENEDICT, 2000 ;COHN, 2005; MEAD, 1928; PIRES, 2010; TASSINARI, 2007) e através de uma Antropologia da Criança tomamos esse agente como objeto legítimo de estudo, atentando para as particularidades do seu ponto de vista sobre a cultura na qual está inserida.

Para discutir a construção de duas visões de infância, uma visão que separa o mundo em dois universos, um adulto e um infantil e outra visão que descarta a infância a dilui em um mundo adulto e os problemas de ambas de recair no mesmo ponto de não ver a criança como agente produtor de cultura no mesmo “mundo” em que os adultos se encontram, construtora de suas próprias relações e de uma “cultura de pares”. Precisa-se compreender como a visão de infância de construiu e como se apresenta na contemporaneidade não só nas rotinas e dinâmicas sociais, mas dentro das pesquisas acadêmicas.

Metodologia:

O recorte dessa pesquisa faz parte da revisão bibliográfica de uma pesquisa com questão norteadora mais ampla que questiona o que é ser criança para o povo indígena Wassu-Cocal. Dotou-se de revisão de textos chave para o estudo da Antropologia da Criança, assim como da Sociologia e da Etnologia. Seguindo como norte a visão de uma criança agente e produtora de cultura, tomaram-se como recorte a construção do conceito de infância em sua descoberta e percurso histórico.

Resultados e Discussão:

Para uma compreensão da concepção contemporânea de infância, tanto no significado adotado pelo senso comum, quanto nos conceitos utilizados na acadêmica, faz-

se necessário entender o processo histórico de construção do conceito em suas bases mais essenciais de sentido. Tendo em vista que a categoria infância, atrelada aos ciclos biológicos, é uma categorização legítima, mas que não deve restringir a uma “categoria” própria das ciências biológicas, já que a infância, por ser uma divisão etária, produz configurações na dinâmica social. Além de ser para o indivíduo um momento de interação e construção de cultura.

As crianças, enquanto indivíduos, sempre estiveram por toda parte, trata-se da vida e da existência, “todo adulto já foi criança”, e pensando numa sociedade ocidental, têm-se na idade um papel de marcador de etapas, marca o início e o fim do tempo de ser criança, de ser adolescente, jovem, adulto e velho. Tal classificação advém desde séculos passados, escritos da Arábia no século VIII, já apresentavam a marcação de ciclos (Ariès, 1981). Ao falar sobre os ciclos etários na idade média Ariès apresenta a infância datada com o primeiro marcador de sete anos.

As idades correspondem aos planetas, em número de 7: “A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos. (ARIÈS, 1981, p.36)

Aqui o conceito usado para a divisão das fases da vida em ciclos etários conta com os desenvolvimentos biológicos dos indivíduos, mas atribuindo uma generalização de que o processo de desenvolvimento fisiológico seria vivenciado de igual modo por todas as crianças, dentro o espaço de tempo de sete anos.

Ao pensar as categorizações do sentido de infância contemporâneo, extrai-se um tanto da base do conceito que se proferia na idade média, datam-se os processos que devem ser vivenciados às idades, não sendo esses processos apenas de caráter biológico. “As idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais”. (ARIÈS, 1981)

Um ponto de entendimento que a infância não é vivenciada de mesma maneira é a compreensão da pluralidade de contextos culturais que dão o suporte da vivência social para os atores, as crianças tem limitações sociais diferentes e papéis diferentes, que variam de contexto para contexto. Os textos que trazem as infâncias em contexto indígena trazem mais claramente essa visão, por em cada contexto as crianças terem papéis distintos (mas com agência) elas apresentam-se, mediadoras, autônomas, com capacidade de decisão. (Tarssinari, 2007)

Verifica-se que ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade (TARSSINARI, 2007, p.11)

Entender a infância como não “universalizante” nas pesquisas etnográficas, com questionamentos da relação de criança e o espaço social em que vivenciam suas infâncias é um passo inicial da compreensão de que a criança “aqui” não é igual a criança “lá”.

o que é ser criança para estas crianças com que se interage na pesquisa, e o que é ser criança neste lugar – ou, em meus termos, como se define a infância (ou as infâncias) nestes lugares. Estas perguntas têm boas razões de serem feitas nestes contextos etnográficos. A primeira: evitar pressupor uma infância universal – e para isso nos baseamos muito na demonstração clássica de Ariès (1981) de que a ideia de infância (e o sentimento de infância) tem uma origem histórica muito localizada, e é, portanto, mais propriamente ocidental. A segunda: o fato de que a etnologia já vinha mostrando que a noção de pessoa, e a fabricação dos corpos, o idioma da corporalidade, são cruciais para entender os mundos indígenas e suas socialidades. (COHN, 2013, p. 224).

A visão ocidental adultocêntrica de infância traz uma caracterização de limitação e dependência às crianças, rotula essas fase da vida com limitações por compreender que essa é uma etapa onde se absorve e aprende os conceitos mais operacionais da vida em sociedade.

O avanço de entender a infância como uma época distinta da fase adulta foi um marco, como é narrado processualmente por Ariès, o grande ponto de discussão no novo papel atribuído a infância, encontra-se na não agência dos próprios atores, e o não entendimento da infância nela mesma. Que

seria o entendimento da infância não ligada a próxima etapa da vida do indivíduo, mas ela como produtora de cultura e com papel social em si.

Ao pensar as crianças em seu primeiro grupo social, a família, nota-se comumente o papel de articulação da criança como motivadora de ações de todo o grupo, toda a preparação desde sua chegada, demonstram não só sua dependência, mas a interconectividade dos atores do grupo. Tal ação da criança é perceptível para as categorias de marketing, publicidades, tendo eles visões claras de toda uma produção de elementos que configuram o que seria um mundo infantil, e as ações publicitárias para atrair a atenção de seus olhares.

A criança tem seu modo de ver o mundo, e o entendimento da importância desse olhar e de suas ações ressignificadas da observação trazem para o contexto social a que pertencem, seres dotados de agência e ação. O entendimento desse olhar da criança traz a importância de compreender a criança nas pesquisas acadêmicas não como um "passivas de estudo" ou como um ser em construção visando o que se formariam, mas como interlocutores de sua realidade social atual, entender uma antropologia da criança que a percebe em sua agência.

A diferença, então, estava no fato de que estas pesquisas iriam prestar atenção nas crianças pelo que elas eram, e não pelo que elas deveriam ser ou viriam a ser. Assim também, a diferença estava em que se buscava criar contextos, métodos e técnicas de pesquisa e interlocução com as crianças, de modo a que os antropólogos aprendessem a ouvi-las no que elas têm a dizer. (COHN, 2013, p.224)

Entender a criança como agente ativo modifica o diálogo e postura que o pesquisador terá ao ter por temática assuntos que se relacionam as infâncias. Por muitas vezes não contadas, ou realmente ignoradas intencionalmente como fonte de interlocução, em momentos de pesquisa que tratam de temas que as envolve diretamente, são colocadas em uma distância de fala, e o "fazer por elas", por colocar o adulto numa postura de quem já atingiu uma maturidade cidadã, escapa o senso comum e atinge pesquisadores e professores.

A antropologia da criança busca compreendendo toda a dinâmica preestabelecida, levantar técnicas e desenvolver métodos que facilitem este diálogo, por entender que adultos e crianças são agentes no mesmo meio, só que com visões diferentes.

É notório que apesar da compreensão de que as crianças são seres autônomos e possuem assim como os adultos uma produção cultural em mesmo universo, possuem suas diferenças, e assim sendo novos métodos de pesquisa surgem como recursos para melhor compreensão do olhar social da criança. Flávia Pires (2007) traz a utilização de novos recursos para a pesquisa antropológica além da observação participante, recursos como desenhos, diários, fotografias todos de elaboração das crianças que permitam ao máximo comentário e locuções explicativas dos mesmos, tendo em vista que não cabe ao pesquisador um papel de interpretações psicológicas dos materiais, mas uma análise mediante as explicações dos interlocutores.

Segundo Cohn (2013) A antropologia da criança não apresenta mais a necessidade de legitimação que enfrentava no começo das pesquisas que utilizavam a abordagem da criança agente e interlocutora, mas afirma que o espaço foi conquistado e que a preocupação agora trata-se de consolidar-se em outro sentido, no da contribuição à antropologia.

Venho cada vez mais me tornando consciente de que faz muitos anos que vimos dizendo que o campo da antropologia da criança é um campo em criação, crescimento, consolidação. Com satisfação, percebo que hoje se trata de um campo plenamente consolidado, com ampla representação nos debates nacionais e internacionais, em publicações e eventos de antropologia. É hora de o consolidarmos, sim, mas em outro sentido: não mais nos preocupando em legitimá-lo, em nos fazer ouvir, mas avaliando qual contribuição temos dado e podemos dar à antropologia. Assim como qual contribuição a antropologia pode dar, e tem dado, ao campo dos estudos das crianças e das infâncias. (COHN, 2013, p. 222)

Em suma percorre-se um caminho conceitual da infância como um momento distinto e que representa em cada contexto um espaço de ação social e a antropologia da criança como área que tem por interlocutor o participante dessa divisão etária tem por objetivos trazer o olhar desses agentes, que é distinto, aos debates dentro da academia e enfatizar a importância dos mesmos para a Antropologia de maneira geral.

Conclusões:

Em suma percorrer o caminho de formação das noções gerais que se têm de infância refletem na busca por compreender os próprios percursos históricos que o conceito passou. O apanhado geral das revisões bibliográfica acerca do caminho percorrido pela antropologia da criança até os presentes dias faz-se necessário tendo em vista as contribuições que as crianças trazem para as pesquisas antropológicas e para maior noção dos trilhos já percorridos em cunho teórico/metodológico.

Através do que foi apresentado encontra-se a criança para além de um mero reprodutor do que os adultos fazem, e muito além de um receptor de meios socializadores. Foi visto que a criança como ser ativo possui sua visão e compreensão da sociedade em que atua e essa visão pode ser analisada através de uma antropologia que possua métodos de investigação relevantes.

Assim trazendo para a antropologia métodos eficazes das narrativas infantis de suas realidades e compreensões das crianças acerca do meio em que são inseridas e atuantes.

Ao pensar os professores da educação infantil e a dinâmica de ensino que estabelecem refletindo na concepção da criança como autônoma e atuante. O professor de educação infantil munido das análises e concepções de uma antropologia da criança, passa a observar sua atuação em sala, mais além do que o entendimento de um adulto que passa conhecimento para crianças que necessitam ser socializadas, mas passar a ver o momento como próprio da criança construir seus conhecimentos, entendendo a capacidade de agência e atuação da criança.

Referências bibliográficas

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ed.. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CORSARO, W. A. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia?. Horiz. antropol. [online]. 2010, vol.16, n.34, pp. 137-157.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. Rev. Antropol. [online]. 2007, vol.50, n.1

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. Tellus. Núcleo de Estudos e Pesquisas das populações Indígenas – NEPPI, Campo. Grande UCDB, ano 7, n. 13, pp. 11-25,. 2007.